

A DEFESA DA AMAZÔNIA

*Mensagem do Ministro da Defesa, Celso Amorim,
no VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*

Belém, 05 de agosto de 2013

Gostaria de congratular a Associação Brasileira de Estudos de Defesa, na pessoa de seu presidente, Manuel Domingos Neto, pela realização do VII Encontro Nacional da ABED.

Aproveito para dar as boas-vindas aos jovens pesquisadores aqui presentes.

Ao longo dos anos em que interagi com os jovens, como professor e diplomata, aprendi a depositar elevadas esperanças nas novas gerações de intelectuais.

Eventos como este possibilitam à sociedade acompanhar, debater e participar da reflexão sobre os desafios da defesa nacional.

Além disso, oferecem subsídios aos governantes, que podem aqui colher informações, ouvir argumentos e aperfeiçoar sua compreensão das complexas realidades em que atuam.

“o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (...) Uma página inédita e contemporânea do gênesis... Atentei outra vez nos baixios indecisos, nas ilhas ou pré-ilhas meio diluídas nas marejadas – e vi a gestação de um mundo”.

Essas foram as palavras proferidas por Euclides da Cunha durante o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1906.

Na ocasião, apresentava suas impressões ao conhecer a Amazônia.

Impressionadora e majestosa foram alguns dos adjetivos usados para caracterizar a imensidão da floresta amazônica.

Não se poderia esperar expressões diferentes ao falar da maior floresta tropical e do maior reservatório de água doce do mundo.

A Amazônia permanece uma das grandes regiões naturais do planeta.

Ao contrário do que se observou em outras partes do mundo, aqui, fomos capazes de preservar a maioria da vegetação original, além de uma vasta diversidade de fauna e flora.

Compartilhada por nove países – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, França, Peru, Suriname e Venezuela –, a Amazônia guarda, em suas riquezas naturais, parte da solução de alguns dos principais problemas que afligem a humanidade: mudança climática, meio ambiente, energia renovável, escassez de alimentos e de água doce.

Conhecida apenas parcialmente, a região preserva, em sua riqueza biológica e nos saberes tradicionais de sua população, alternativas viáveis de atendimento às necessidades da crescente população global.

Ainda hoje, a Amazônia fascina e inspira. Por isso mesmo, queremos-la viva, pujante, equilibrada e sustentavelmente produtiva.

Uma estimativa preparada pelo conselho de inteligência nacional dos estados unidos sugere que, até 2030, a demanda por água, por alimentos e por energia subirá, 40%, 35% e 50%, respectivamente, com relação aos níveis atuais.

Em todos esses campos, a Amazônia revela seu enorme valor estratégico.

Não é de hoje que os condôminos deste valioso patrimônio trabalham para protegê-lo. Cedo percebemos que, juntos, garantir sua defesa não é fácil. Separados, seria impossível.

O Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, foi um importante passo no sentido de conjugar esforços para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia.

Ao firmarem o TCA, os oito países reafirmaram a intenção de compartilhar experiências visando preservar o meio ambiente, elevar o nível de vida de seus povos e incorporar plenamente os territórios amazônicos às respectivas economias nacionais. A um tempo, o TCA significou um ato de soberania e um esforço de aproximação política dos países da América do Sul.

Vinte anos depois, demos mais um passo, com a criação da organização do tratado de cooperação amazônica – OTCA. Com o objetivo de fortalecer a implementação dos propósitos do tratado, a OTCA assumiu responsabilidades de supervisão de projetos definidos no marco da iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana.

Recentemente, a OTCA adotou uma agenda estratégica de cooperação, que incorpora uma visão transversal e multisetorial de programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Amazônia é o único ecossistema do planeta a contar com uma organização internacional própria. (aliás, uma organização cuja sede se encontra em Brasília.) É um exemplo de grupo regional que, desde sua origem, firmou-se como um bloco socioambiental.

Aos poucos, aprimoramos nossa capacidade de articulação política sem abrir mão do estrito respeito ao princípio de não-intervenção. Nossos esforços são cooperativos; nossa atitude é de respeito aos interesses de cada parte; nossas decisões são consensuais.

Fizemos muito, mas é preciso dar um passo além.

A defesa da Amazônia exige mais de nossos governos e de nossas sociedades.

Os países amazônicos devem buscar o estabelecimento de políticas de defesa que possibilitem soluções regionais para os problemas que ali existem, garantindo a proteção da Amazônia e afastando possíveis ingerências externas.

A inexistência de ameaças imediatas não deve levar à acomodação. Seria imprudente ignorar as incertezas e adversidades a que estamos sujeitos.

Em análise sobre as Relações Internacionais durante o período entre as duas guerras mundiais, o historiador Edward Carr usa um conceito que se aplica à situação da América do Sul hoje:

[cito] (...) Na ciência política, logo se atinge um ponto onde o estágio inicial do desejo deve ceder lugar a um estágio de análise dura e impiedosa"

Carr usa essa frase para explicar que, o desejo, ou o "dever ser" – em nosso caso, o reconhecimento e o respeito de nossa soberania sobre a Amazônia – não deve impedir a consciência crítica, a objetividade, a percepção da realidade como ela realmente é.

Nesses termos, o diagnóstico sobre a atual inserção internacional da América do Sul – de paz, cooperação, estabilidade e boas relações com o resto do globo – não pode excluir cogitações sobre hipóteses de conflitos, que certamente não desejamos, mas que devemos estar preparados para enfrentar.

Queremos a paz e trabalhamos por ela. Continuamos a nos valer da cooperação e do diálogo como importantes ferramentas de ação política no âmbito regional.

Mas o fato de pautarmos nossas ações em princípios não nos retira os pés do chão. A busca de um mundo ideal não nos retira a capacidade de examiná-lo em sua crua, às vezes dura, realidade. Ainda segundo Carr, e cito novamente,

"A política se faz de dois elementos – utopia e realidade – pertencentes a dois planos que nunca se encontram. (...) A chave está, pois, na combinação apropriada desses dois elementos".

Em outras palavras, não ignoramos e não podemos ignorar a possibilidade de uma competição internacional por recursos naturais que produza implicações indesejáveis para a Amazônia.

A forma como se processará a disputa por esses recursos está diretamente relacionada com a integridade dos nossos interesses, do nosso território e de nossas águas jurisdicionais.

Por isso mesmo, precisamos examinar os processos históricos com imaginação, desenvolvendo a capacidade de entender as mentes daqueles com os quais nos relacionamos.

Entender como os outros pensam, contudo, não implica alinhar-se a seu pensamento, menos ainda seguir suas ideias. Se "utopia e realidade são as duas facetas da ciência política", como nos lembra Carr, precisamos nos valer de ambas para examinar os processos políticos.

O mundo que queremos é de paz, onde a cooperação prevalece sobre o conflito, e a guerra é um expediente a ser evitado.

Porque queremos a paz, preparamos a paz.

A solidariedade regional, o desenvolvimento sustentável, o comportamento internacional pautado por princípios, a histórica relação de respeito e fraternidade com nossos vizinhos, tudo nos leva a esperar que a cooperação se sobreponha ao conflito.

Mas a cooperação isolada não é garantia de respeito aos nossos interesses, e, ao buscar o “dever ser”, não podemos nos esquecer disso.

Sabemos que a cooperação amplia nossa capacidade de dissuasão. Mas sabemos também que a cooperação, por si só, não basta para nos assegurar direitos ou para evitar a desconsideração de nossos interesses, especialmente em um mundo marcado pela crescente escassez relativa de recursos naturais.

A estapafúrdia ideia de internacionalização da Amazônia, por exemplo, é debatida há muitas décadas. Gostemos ou não, é um tema que vem sendo levantado nos mais diferentes fóruns: acadêmicos, técnicos, governamentais, nacionais, regionais e internacionais.

São frequentes os argumentos que tratam recursos sujeitos à soberania nacional, como os que mencionei acima, como bens públicos globais.

Uma simples busca na internet com as palavras Amazônia e internacionalização encontra mais de 150 mil resultados.

São mais de 40 ONG's tratando do tema, além de jornais internacionais com reportagens que dizem, [e cito]:

“afinal, de quem é a floresta amazônica?”.

E afirmações como:

“ao contrário do que pensam os Brasileiros, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós”, do então senador dos EUA, Al Gore, em 1989.

Ou, ainda:

“privatizem a Amazônia”, proposta feita pelo então ministro do meio ambiente do reino unido, David Miliband, durante conferência do G-8 sobre mudanças climáticas, em 2006.

O Brasil tem refutado essas concepções em muitos fóruns internacionais e não tem nenhum motivo para acreditar que elas virão a prosperar.

Mas precisamos estar preparados para lutar contra essas argumentações também na prática, se necessário for.

Em um mundo em constante evolução, uma proposta esdrúxula como a internacionalização da Amazônia pode se transformar em motivação para o conflito.

Apenas como ilustração, em 1987 ou 1988, na Alemanha Ocidental, quando conversava com as pessoas e perguntava se elas achavam que um dia a Alemanha poderia se reunificar, a resposta que ouvi de altos funcionários do governo da Alemanha ocidental era de que isso poderia ocorrer, mas não com os filhos e nem com os netos deles. Talvez nem mesmo com seus bisnetos.

Dois anos depois, tudo havia mudado completamente. E ninguém esperava.

É muito difícil antever o fim de períodos históricos. Mas é possível preparar-se para lidar com situações que violem nossos direitos ou afrontem nossos interesses.

Somos pacíficos por convicção, favorecemos o diálogo à frente de ações coercitivas.

Mas o momento pacífico que vivemos hoje não pode dar lugar à acomodação. Porque a história é fluxo. E, em alguma medida, nossas ideias, assim como nossas ações, influenciam o curso dos acontecimentos.

Daí a inferência de Carr de que todo idealismo deve ser acompanhado de Realismo. E vice-versa.

[cito] *“O Realismo é o corretivo necessário da exuberância da utopia; assim como em outros casos a utopia foi invocada para contra-atacar a esterilidade do Realismo(...) O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise”.*

Nossos valores e nossas intenções são pacíficos. Mas para garantir a paz precisamos ser suficientemente fortes.

Para que o discurso de internacionalização da Amazônia continue a ser considerado absurdo, os países sul-americanos devem possuir capacidade dissuasória crível. Devemos aproveitar o alto grau de confiança mútua para, juntos, aprofundar nossos esforços em prol da defesa da Amazônia, para dizer não quando for necessário dizer não.

Somente por meio de uma defesa robusta podemos condenar ao absurdo, definitivamente, qualquer hipótese de intervenção em nossa região.

O território Brasileiro abriga 60% da Floresta Amazônica. É o maior bioma do Brasil e corresponde, segundo o IBGE, a 49% da área total do país.

A bacia hidrográfica do Rio Amazonas tem o maior potencial hidrelétrico do país, 105.3 gw, o que corresponde a 40,5% do potencial nacional.

Ali estão um quinto de toda a água doce do mundo e o maior banco genético existente, 15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidos.

E ainda ignoramos grande parte de nossa biodiversidade na região.

A Amazônia Brasileira possui imensas reservas de minérios.

Proteger esses ativos constitui uma das prioridades da Estratégia Nacional de Defesa [cito]:

“o Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia Brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia.

Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumento para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania Brasileira.

Quem cuida da Amazônia Brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.”

A nova estatura do País no século XXI requer Forças Armadas bem equipadas e adestradas para a proteção do nosso patrimônio e dos nossos recursos.

A inserção internacional do Brasil conjuga a política externa à política de defesa e baseia-se em dois níveis coordenados de proteção dos interesses nacionais: a ação diplomática, que antecipa crises e previne o seu surgimento, e a ação militar, necessária quando os canais diplomáticos não forem suficientes.

Nossa política de defesa combina cooperação e dissuasão.

A cooperação é uma forma de evitar o conflito, pela busca de ganhos comuns. É também um instrumento de reafirmação de nossos valores e de nossa solidariedade.

Isso é especialmente válido em nosso entorno estratégico.

A América do Sul é hoje uma zona de paz. Para muitos, isso pode parecer um fato da vida, uma banalidade. Mas não se encontra no mundo uma região pacífica coabitada por tantos países.

Essa condição resulta, na verdade, de um complexo processo histórico por meio do qual nossos países foram capazes de resolver seus problemas praticamente sem recurso à violência.

Desejamos que evolua para uma comunidade de segurança, no sentido do que o cientista político Karl Deutsch costumava dizer, em que os estados Sul-Americanos proscrevam a guerra como método de solução de controvérsias entre si.

Penso nas palavras de do Barão do Rio Branco: [cito] *“o que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos os estados limítrofes vivam em paz, prosperem e enriqueçam”*.

Apoiamos iniciativas e projetos que reforcem a defesa e consolidem a segurança de nossos vizinhos. O fortalecimento do Mercosul e da Unasul é decisivo nesse sentido.

Órgãos como o Conselho de Defesa Sul-Americano ratificam a prevenção de conflitos como esteio da política institucional da Unasul, por meio da ampliação da confiança mútua e da cooperação entre os setores militares.

Nosso conselho de defesa materializa uma visão Sul-Americana das questões de segurança e defesa, que incentiva a reflexão e o diálogo sobre nossos interesses comuns.

Exemplo disso é a discussão sobre a criação de um Colégio Sul-Americano de Defesa, com o objetivo de impulsionar o pensamento estratégico sul-americano, a partir de uma visão plural e com base em uma formação diversificada, que integre os diferentes centros de estudos e de formação existentes nos países da Unasul.

Nesse centro, será possível desenvolver uma doutrina conjunta para a defesa sul-americana, abordando, inclusive, a proteção dos recursos naturais da região.

A criação de uma identidade sul-americana em matéria de defesa vem fortalecendo a cooperação entre os países da região, ao mesmo tempo em que se contrapõe à imposição de pensamentos alheios ao subcontinente.

O estabelecimento de uma base industrial de defesa sul-americana dará ainda maior concretude a esse objetivo.

O primeiro passo foi dado em abril deste ano. Os países da Unasul assinaram o estatuto para desenvolvimento do projeto do avião de treinamento básico, o Unasul I, a ser planejado com base em requisitos comuns para atender necessidades militares similares dos países da região.

Estamos desenvolvendo conjuntamente com a Colômbia e o Peru um navio patrulha fluvial planejado para atuar especificamente nos rios da região amazônica.

Na próxima semana, será realizado em Manaus um seminário sobre a criação de um sistema de monitoramento de áreas especiais utilizando os recursos do centro gestor de proteção da Amazônia, CENSIPAM.

Representantes dos 11 países da América do Sul irão debater a viabilidade desse sistema e identificar áreas de trabalho (sensoriamento remoto, meteorologia, climatologia, inteligência) e organizar subgrupos encarregados.

Iniciativas como essas geram confiança e consolidam o ambiente de estabilidade estratégica na América do Sul, em que a cooperação é a melhor dissuasão.

A Estratégia Nacional de Defesa estabelece o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro.

A alocação adequada de recursos para a defesa é indispensável nesse processo.

Entre 2005 e 2013, as despesas de custeio e investimento apresentaram crescimento nominal de 182% - de R\$6.193 bilhões em 2005, passamos para R\$17.469 bilhões em 2013.

Entretanto, apesar do crescimento do orçamento do ministério da defesa, a participação no PIB permanece em patamar médio de 1,48%. Em 2013, o percentual calculado é de 1,32%, mas alcançará 1,52% ao ser incorporada a despesa decorrente do reajuste da remuneração dos oficiais e praças que integram as nossas Forças Armadas.

Para viabilizar os projetos de recomposição da capacidade operacional das Forças Armadas que compõem o plano de articulação e equipamento de defesa – PAED –, impõe-se a necessidade de elevar em até 0,5% a razão entre o gasto de defesa e o PIB, de maneira a alcançarmos patamares próximos a 2%.

A título de comparação, a razão média entre gastos brutos de defesa e produto interno bruto no grupo BRICS é de 2,4%.

Mais que o simples incremento de recursos, a regularidade de investimentos é imprescindível para a indústria de defesa.

Oscilações ocorrem, mas é preciso manter os esforços.

A despeito das dificuldades, o governo da presidenta Dilma Rousseff tem buscado recuperar a capacidade de investimento estratégico do País, contribuindo para o renascimento da indústria nacional de defesa.

Iniciativas como a lei 12.598/2012 assinalam um ponto de inflexão no modo como o Brasil cuida da sua indústria de defesa.

Além de instituir um marco regulatório para o setor, a norma diminui o custo de produção de companhias legalmente classificadas como estratégicas e estabelece incentivos ao desenvolvimento de tecnologias indispensáveis ao Brasil.

Os setores prioritários da defesa (nuclear, cibernético e espacial) beneficiam-se diretamente dessa política. A produção nacional de tecnologias permitirá ao Brasil maior autonomia na condução de projetos estratégicos. Conforme destacado na estratégia nacional de defesa: *“não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa, como para o desenvolvimento”*.

O programa nuclear da marinha é outro exemplo. O domínio nacional do ciclo de enriquecimento de urânio em escala industrial, exclusivamente para fins pacíficos, permitirá produzir o combustível para o reator nuclear sem depender de terceiros.

O acordo que fizemos com a França para construção de submarinos, inclusive de propulsão nuclear, permitirá um salto tecnológico, que garantirá ao Brasil a capacidade de desenvolver e construir seus próprios projetos no futuro.

Com relação ao setor espacial, estamos empenhados na revitalização do centro técnico aeroespacial.

O recém-criado curso de engenharia aeroespacial no ITA formará profissionais que terão um papel crucial para tornar realidade o domínio integral do potencial aeroestratégico Brasileiro.

No que toca a cibernética, cuja importância ficou ainda mais evidente em virtude dos últimos acontecimentos, o centro de defesa cibernética do Exército Brasileiro, formalmente criado por decreto no ano passado, já realizou missões importantes, como a segurança da conferência Rio +20 e, agora, ocupa-se dos grandes eventos esportivos que se avizinham.

Além desses projetos, menção especial deve ser feita aos avanços alcançados nos projetos para reequipamentos das forças, que constituem o PAED:

A aquisição e construção no Brasil de navios patrulha, com forte participação da tecnologia nacional;

A corveta barroso, projeto integralmente nacional;

A produção dos novos blindados sobre rodas, o guarani, que já foram encomendados pela argentina;

Programas como o SISFRON, de vigilância de fronteiras, e o proteger, de segurança de nossas infraestruturas críticas;

O desenvolvimento do avião cargueiro-reabastecedor KC-390 pela EMBRAER, que aumentará significativamente a mobilidade de nossas forças, além de apresentar grande potencial de venda para o exterior;

Os aviões de ataque super tucanos, que recentemente foram vendidos para a maior força aérea do mundo, o que constitui certificado adicional de qualidade.

Alguns desses projetos já foram incluídos no PAC. Isso é uma garantia de que esses programas da defesa receberão recursos contínuos, permitindo seu desenvolvimento e impedindo que sejam afetados por contingenciamentos.

Essa é uma das premissas de nossa Política Nacional de Defesa: assegurar continuidade e previsibilidade na alocação de recursos para permitir o preparo e o equipamento adequado das Forças Armadas.

Os investimentos em defesa respaldam o nosso posicionamento autônomo e universalista. Por meio deles, com realismo, promovemos nossa defesa, sem perder de vista nossas ideias sobre um mundo pacífico e cooperativo.

★★★

Senhoras e senhores,

As várias décadas em que vivemos em paz não garantem a ausência de guerras no futuro.

A América do Sul não está livre, como não esteve livre no passado, de que problemas externos à nossa região nos atinjam ou de que outros países se interessem pelo nosso patrimônio.

Não podemos contar com a sorte de que o sistema internacional se manterá equilibrado e de que nossa região se mantenha à margem de possíveis conflitos.

Ao minimizar a vulnerabilidade do nosso patrimônio, maximizaremos a nossa autonomia em situações de crise.

A defesa da Amazônia é um ótimo exemplo para demonstrar que, trabalhando sob o signo da cooperação, os países da América do Sul obtêm ganhos que não alcançariam por meio de ações isoladas.

Aos problemas existentes na região amazônica, como o tráfico de armas, o tráfico de drogas e a biopirataria só serão resolvidos se combatidos de forma harmônica e cooperativa. Ações conjuntas, como demonstrou a experiência da operação Ágata 2, em que Brasil e Colômbia trabalharam juntos no combate aos ilícitos na fronteira, são muito mais eficazes.

Como destaca a Política Nacional de Defesa: [cito] *“para contapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível (...) a ampliação da cooperação com os países vizinhos”*.

Ao agirmos em comunhão, estaremos mais protegidos das ameaças à segurança interna da América do Sul, tais como crimes transfronteiriços. Essa comunhão de interesses e ações também fortalecerá os países da região amazônica a dissuadir ameaças extrarregionais.

★★★

Agradeço novamente o convite para participar de mais um ENABED.

A política de defesa é uma obra coletiva. A percepção do povo Brasileiro sobre o nível e os modos de proteger a sua soberania é elemento essencial para o planejamento dessa política.

Gostaria de sublinhar a importância do entrosamento proporcionado pelos encontros nacionais da ABED.

Eles demonstram que a política de defesa jamais poderá alcançar seus objetivos se estiver insulada da sociedade, da indústria, da academia ou do parlamento.

Pensando nisso, e em linha com ações de articulação com o mundo acadêmica que remontam ao início da década passada – de que o pró-defesa constitui o exemplo mais conhecido – o Ministério da Defesa criou, no ano passado, o Instituto Pandiá Calógeras, um instituto civil para promover a pesquisa na área de defesa.

O Instituto vem atuando em colaboração com instituições civis e militares e esperamos que permita uma integração ainda maior com o meio acadêmico.

Os estudos produzidos na rede da ABED contribuem decisivamente para alcançarmos esse objetivo. Aliás, no Ministério da Defesa, muitos de nós aguardam com expectativa a publicação dos anais deste encontro.

Muito obrigado!